

Seguem como principais notícias do dia 27/03/2020.

Rio libera reabertura de parte do comércio

Além de lojas de materiais de construção e de conveniência, outros estabelecimentos foram autorizados a funcionar

Além de liberar a reabertura das lojas de materiais de construção e de conveniência em postos combustíveis, anunciada anteriormente, a Prefeitura do Rio permitiu o funcionamento de outros tipos de comércio na cidade a partir desta sexta-feira. A nova relação com o que pode abrir foi publicada em edição especial do Diário Oficial do Município de ontem...

Leia mais...

DECRETO Nº 47.000 DE 26 DE MARÇO DE 2020 DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições



constitucionais e legais, e o que consta do Processo nº SEI 120207/000474/2020,

CONSIDERANDO:

- a edição da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, pelo Governo Federal, que altera a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e demais normas regulamentadoras...

Leia mais...

DECRETO Nº 47.002 DE 26 DE MARÇO DE 2020 DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DA INDÚSTRIA DA INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS ONSHORE, E DÁ OUTRAS PROVIÊNCIAS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições constitucionais e legais, além do que consta no Processo SEI nº 120207/000474/2020,

CONSIDERANDO:

- que o Estado do Rio de Janeiro reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), por meio do Decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020...



Ltia IIIais...

Câmara aprova repasse de auxílio de R\$ 600 para informais durante a pandemia

No caso de mulheres provedoras de família, a cota do auxílio emergencial será paga em dobro (R\$ 1,2 mil). Para começar a valer, o texto ainda precisa ser apreciado pelo Senado Federal

A Câmara dos Deputados aprovou repasse mensal de R\$ 600 a trabalhadores informais e pessoas com deficiência que ainda aguardam na fila de espera do INSS até a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). No caso de mulheres provedoras de família, a cota do auxílio emergencial será paga em dobro (R\$ 1,2 mil). Para começar a valer, o texto ainda precisa ser apreciado pelo Senado Federal...

Leia mais...

Caixa alto ajuda grandes empresas a enfrentar crise

A maioria das grandes empresas negociadas na bolsa brasileira tem dinheiro em caixa ou aplicações financeiras para cobrir mais de um ano de pagamento da folha de salários de seus funcionários. Um levantamento feito pelo Valor Data com base em dados de balanços indica que 85% dessas companhias conseguiriam honrar seus compromissos trabalhistas mesmo que parassem de faturar durante 12 meses por causa dos efeitos da pandemia de coronavírus. Metade das empresas restantes(15%) conseguiriam cobrir pelo menos seis meses de salários...



Justiça analisa pedidos de empresas para adiar pagamento de tributos

Por enquanto, há apenas uma decisão favorável, concedida no Distrito Federal

As empresas estão recorrendo à Justiça em busca de liminares para adiar o pagamento de tributos, enquanto o governo não define a questão. Por ora, só se tem notícia de uma decisão favorável, que reconheceu não só o direito de postergar impostos federais, como solicitado, mas também estaduais e municipais. Os demais pedidos analisados foram negados — alguns com base na Portaria nº 12, de 2002, do então Ministério da Fazenda, que permite a medida...

Leia mais...

Receita Federal revoga mais de 100 instruções normativas

A Receita Federal revogou 126 instruções normativas (INs), publicadas entre 1969 e 2016, que já não produziam mais efeitos legais. A medida faz parte do Projeto Consolidação, que busca adequar o estoque regulatório do órgão através da redução, revisão e consolidação de normas. A lista de INs revogadas consta na Instrução Normativa RFB nº 1.928, publicada hoje no Diário Oficial da União...



Camex zera Imposto de Importação de mais 61 produtos para combate ao coronavírus

COVID-19 - Medida inclui kits para testes da doença, equipamentos e aparelhos farmacêuticos e médico-hospitalares, drogas e outros itens

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Economia zerou, nesta quarta-feira (25/3), as tarifas de importação de mais 61 produtos farmacêuticos e médico-hospitalares utilizados no combate à Covid-19. Durante reunião virtual do Comitê-Executivo de Gestão da Camex (Gecex), também foi decidida a suspensão temporária, por razões de interesse público, dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de seringas descartáveis e de tubos de plástico para coleta de sangue...

Leia mais...

Ministério da Economia define regras para benefícios de servidores em teletrabalho

Covid-19 - Medidas ajustam pagamentos de horas extras, auxílio-transporte e adicional noturno durante a pandemia da Covid-19

A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia, órgão central de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal civil, publicou nesta quinta-feira (26/3) duas instruções normativas – IN 27 e IN 28 - com orientações para servidores em trabalho remoto, incluindo a suspensão de pagamento de benefícios



atrelados à execução de atividade presencial. As medidas integram o conjunto de ações válidas enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19)...

Leia mais...

INSS suspende atendimento presencial nas suas agências em todo o país

Covid-19 - Com a emergência em saúde, pedidos de serviços previdenciários e assistenciais só serão feitos pela internet; agendamentos estão suspensos

Está suspenso o atendimento presencial nas unidades do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em todo o país até 30 de abril de 2020, podendo ser prorrogado esse prazo. A determinação consta da Portaria nº 412, de 20 de março de 2020, do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, publicada nesta segunda feira (23/3) no Diário Oficial da União...



A CAIXA anuncia nesta quinta-feira (26) uma série de medidas para ajudar a combater o efeito do novo coronavírus na economia e reforçar a liquidez

Confira as novidades:

- Reforço de R\$ 33 bilhões na economia, totalizando R\$ 111 bilhões em recursos para o combate aos efeitos da pandemia;
- Novas Reduções das Taxas de Juros;
- Aumento da Pausa do Pagamento;
- Financiamento a Estados e Municípios;
- Operacionalização da suspensão do Recolhimento do FGTS;
- Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Reforço de Liquidez na Economia:

A CAIXA irá disponibilizar R\$ 33 bilhões adicionais para reforçar a liquidez da economia, totalizando um incremento extra de R\$ 111 bilhões em decorrência dos impactos do coronavírus – outros R\$ 78 bilhões foram anunciados na semana passada. Os novos recursos serão disponibilizados para capital de giro, compra de carteiras, crédito para Santas Casas, além do crédito agrícola...



Suspensão das aulas leva pais a pedirem desconto a escolas

Algumas instituições já oferecem abatimento de até 15%. Empresários afirmam que custos foram mantidos

A suspensão de aulas, uma das medidas para conter o avanço do coronavírus, e a insegurança crescente sobre o impacto da crise nos orçamentos das famílias estão levando pais e escolas particulares a renegociar mensalidades. Algumas instituições já ofereceram descontos de até 15%.

A negociação é mais frequente para alunos em regime integral, que agora estão em casa. Mesmo sem aulas presenciais, não há obrigação de redução dos valores, já que, segundo apontam representantes das escolas, custos fixos com pessoal e imóveis não foram reduzidos...

Leia mais...

Contabilidade - CFC prorroga vencimento de anuidades do exercício de 2020

Em face da declaração de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11.03.2020, bem como as medidas preventivas adotadas pelas autoridades competentes resultantes da pandemia e, sobretudo, considerando-se a restrição ao exercício de diversas atividades empresariais e profissionais, com impactos diretos na



capacidade financeira e econômica de cada um, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a Resolução CFC nº 1.587/2020, que prorroga o prazo de vencimento para pagamento das anuidades do exercício de 2020 e demais débitos objetos de parcelamento em vigor...

